

Espaço aéreo gera polêmica

A invasão do espaço aéreo público precisa ser avaliada pelo Executivo, que deve propor ao Senado um projeto de lei retificando estas construções quase sempre regulares, embora ilegais. Essa é a posição defendida pelo arquiteto Pedro Costa, segundo o qual o problema é muito comum em prédios do Setor Comercial Sul que avançam no espaço público aéreo através de galerias. O Baracat não é uma exceção.

A questão deve ser avaliada do

ponto de vista jurídico e ético para saber se é correto cobrar um valor adicional sobre áreas compradas com essa possibilidade de uso, lembrou o arquiteto —, afirmando ser necessário identificar as circunstâncias em que as áreas públicas foram transformadas em áreas privadas. O que não é correto, segundo entende, é que o problema não seja regularizando depois de a Procuradoria Jurídica ter “propostas claras” sobre o assunto.